

	<p style="text-align: center;">ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR COORDENAÇÃO DE LIQUIDAÇÃO</p> <p style="text-align: center;"><i>Capacitação – Retenções de Tributos na Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal</i></p>	<p style="text-align: center;">Nº PA 2024/13277</p>
---	---	--



1. ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Contextualização

O cenário atual, marcado por transformações legislativas profundas e contínuas no âmbito da gestão tributária e financeira, impõe aos órgãos públicos, incluindo o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, o desafio de permanecerem atualizados e em total conformidade com as normativas vigentes. As recentes atualizações nas Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil, bem como as nuances trazidas pela nova Reforma Tributária, destacam a complexidade e a dinâmica do ambiente regulatório que governa as retenções de tributos aplicáveis à Administração Pública.

A introdução de novos procedimentos, alíquotas, bases de cálculo, e a obrigatoriedade de retenção para certos tributos, conforme estabelecido nas Instruções Normativas nº 1.234/2012, 2.110/2022, e 2.145/2023, requer uma compreensão aprofundada e atualizada por parte dos servidores encarregados da gestão fiscal e financeira. Estas alterações legislativas não somente redefinem os parâmetros para a retenção e gestão de tributos, mas também instituem novos marcos para a transparência, eficiência e conformidade fiscal dentro das instituições públicas.

Diante deste contexto, a capacitação dos servidores das Coordenações de Liquidação e de Contabilidade torna-se não apenas uma necessidade, mas uma prioridade estratégica para o Tribunal. A proposição de um curso especializado em "Retenções de Tributos na Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal" almeja endereçar essas demandas específicas, equipando os profissionais com conhecimento e ferramentas necessárias para navegar com segurança e competência no complexo ambiente tributário atual. Através deste treinamento, espera-se fomentar uma base sólida de conhecimento técnico-jurídico, habilitando os servidores a aplicarem as legislações recentes de maneira eficaz, garantindo assim a integridade e a conformidade das operações financeiras e tributárias do Tribunal.

Projeto de Capacitação

Neste contexto, o presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) objetiva mapear as necessidades de capacitação das Coordenações de Liquidação e de Contabilidade face às complexas mudanças tributárias recentes. Este documento visa uma análise minuciosa das especificidades que demandam atualização e aprimoramento, com ênfase na aplicabilidade das novas regulamentações tributárias e procedimentos de retenção de tributos. O objetivo é assegurar que as equipes estejam plenamente capacitadas para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças legislativas e explorar todas as



	<p>ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR COORDENAÇÃO DE LIQUIDAÇÃO</p> <p><i>Capacitação – Retenções de Tributos na Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal</i></p>	<p>Nº PA 2024/13277</p>
---	---	------------------------------------



oportunidades advindas da atualização normativa.

Como estratégia central do projeto, a capacitação de quatro servidores, dois de cada coordenação, foi planejada para ser realizada em formato remoto, otimizando a acessibilidade e permitindo que os servidores participem efetivamente sem impactar suas rotinas de trabalho. Esses servidores selecionados serão encarregados de disseminar as informações e técnicas adquiridas, promovendo uma cultura de conhecimento contínuo e gestão fiscal eficiente. O curso escolhido desempenha um papel crucial nesse processo, capacitando os servidores não apenas na teoria, mas também nas práticas e estratégias aplicáveis, assegurando uma transição suave para as novas diretrizes tributárias. Esta capacitação é fundamental para a promoção de uma maior transparência, eficácia nas práticas contábeis e fiscais, e reforça o compromisso do Tribunal com a excelência na administração pública.

1.1.1 Identificação do Curso

Id	Propostas do Curso a ser contratado
1	<p>Contratado: SUPREME CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO Curso: Retenções de Tributos na Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal – Atualizado com as Inovações Citadas pelas Ins RFB nº 1.234/2012, 2.110/2022 e 2.145/2023 e Apresentação da Nova Reforma Tributária Data: 15 a 19/04/2024 Local: Online, 100% ao vivo Modalidade: Online Preço: R\$ 7.120,00 Colacionado às fls. 4-14</p>
2	<p>Contratado: OPEN SOLUÇÕES TRIBUTÁRIAS LTDA Curso: Gestão Tributária de Contratos e Convênios Data: 15 a 19/04/2024 Local: Online, 100% ao vivo Modalidade: Online Preço: R\$ 12.400,00 Colacionado às fls. 15-22</p>
3	<p>Contratado: ESAFI ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA Curso: Prático de Retenções Tributárias na Administração Pública: SPED, eSocial, EDF-REINF e DCTFWe Data: 17 a 19/04/2024 Local: Fortaleza, CE</p>



	<p style="text-align: center;">ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR COORDENAÇÃO DE LIQUIDAÇÃO</p> <p style="text-align: center;"><i>Capacitação – Retenções de Tributos na Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal</i></p>	<p style="text-align: center;">Nº PA 2024/13277</p>
---	---	--



<p>Modalidade: Presencial Preço: R\$ 12.924,00 Colacionado às fls. 24-30</p>

1.1.2 Análise Comparativa das Soluções:

Conteúdo do Curso:

- A proposta 1 oferece uma visão abrangente das retenções tributárias, contemplando atualizações legislativas significativas e promovendo uma atualização abrangente sobre as obrigações fiscais em diversas esferas. Essa proposta se destaca pela sua relevância imediata às mudanças no cenário tributário e pela capacidade de atender às necessidades de atualização contínua dos servidores.
- A proposta 2 concentra-se igualmente nas retenções de tributos com um conteúdo detalhado sobre a gestão tributária de contratos e convênios. Por sua abordagem sistêmica e dinâmica contempla às necessidades de capacitação dos servidores das Coordenações de Contabilidade e Liquidação.
- A proposta 3 aborda primordialmente as questões práticas das retenções tributárias. Apesar do curso ser especialmente valioso para os servidores que lidam diretamente com a aplicação das normas tributárias, esse mostra-se mais voltado às questões práticas relacionadas ao EFD-Reinf, que estão mais ligadas às competências específicas desenvolvidas na Coordenação de Contabilidade.

Modalidade de Ensino:

Ao considerar as modalidades de ensino das propostas de cursos sobre retenções tributárias, identificamos que as propostas 1 e 2 são oferecidas online, enquanto a proposta 3 é conduzida presencialmente em Fortaleza/CE.

Esta distinção é crucial ao considerar o aspecto financeiro e operacional para o Tribunal de Justiça da Bahia. A modalidade presencial, apesar de promover interações diretas e potencialmente enriquecer a experiência de aprendizado, pode levar a um aumento significativo nos custos operacionais devido à necessidade de aquisição de passagens aéreas e ao pagamento de diárias para os servidores.

Em contraste, as propostas oferecidas online eliminam essas despesas, apresentando uma solução mais custo-benefício e logisticamente viável para a capacitação dos servidores, sem comprometer a qualidade do conteúdo educacional. Além disso, a modalidade online destaca-se por sua flexibilidade e acessibilidade, permitindo aos participantes do Tribunal de Justiça da Bahia acessar o conteúdo do curso de qualquer localização, o que é fundamental para atender às necessidades de capacitação



	<p>ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR COORDENAÇÃO DE LIQUIDAÇÃO</p> <p><i>Capacitação – Retenções de Tributos na Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal</i></p>	<p>Nº PA 2024/13277</p>
---	---	------------------------------------



continuada sem afetar as demais responsabilidades profissionais dos servidores. Esta combinação de vantagens financeiras, operacionais e pedagógicas faz da modalidade online uma escolha estratégica para o Tribunal, assegurando a disseminação eficiente do conhecimento necessário à adaptação às dinâmicas tributárias atuais.

Análise Comparativa de Custos

- **Proposta 1**

Curso: Retenções de Tributos na Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal – Atualizado com as Inovações Citadas pelas Ins RFB nº 1.234/2012, 2.110/2022 e 2.145/2023 e Apresentação da Nova Reforma Tributária

Valor de Investimento: R\$ 1.780,00 por pessoa

Valor Total: R\$ 7.120,00

Análise: A proposta 1 apresenta um valor total de R\$7.120,00, com o curso abrangendo aspectos atualizados das retenções tributárias. Sua abordagem completa e o custo por participante o tornam uma opção vantajosa, equilibrando atualização legislativa e investimento financeiro.

- **Proposta 2**

Curso: Gestão Tributária de Contratos e Convênios

Valor de Investimento: R\$ 3.100,00 por pessoa

Valor Total: R\$ 12.400,00

Análise: A proposta 2 possui um valor total de R\$12.400,00, sendo também uma opção online com foco em gestão tributária. Apesar de seu conteúdo relevante, o custo ainda é superior ao da Proposta 1.

- **Proposta 3**

Curso: Prático de Retenções Tributárias na Administração Pública: SPED, eSocial, EDF-REINF e DCTFWe

Valor de Investimento: R\$ 3.590,00 por pessoa

Valor Total: R\$ 14.360,00 - 10% de desconto = R\$ 12.924,00

Análise: Mesmo após um desconto de 10%, tem um valor total de R\$12.924,00. Ainda que o curso ofereça conteúdo valioso sobre gestão tributária, o custo mais alto, quando comparado à Proposta 1, e a necessidade de deslocamento podem representar desvantagens consideráveis.



	<p>ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR COORDENAÇÃO DE LIQUIDAÇÃO</p> <p><i>Capacitação – Retenções de Tributos na Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal</i></p>	<p>Nº PA 2024/13277</p>
---	---	------------------------------------



A análise sugere que a **Proposta 1** se destaca como a opção mais vantajosa financeiramente, alinhando conteúdo abrangente e atualizado a um investimento menor, oferecendo assim um equilíbrio eficaz entre custo e benefício.

Resumo da Contratação:

Em resumo essa contratação se baseia nas seguintes definições:

Empresa: SUPREME CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO

Curso: Retenções de Tributos na Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal – Atualizado com as Inovações Citadas pelas Ins RFB nº 1.234/2012, 2.110/2022 e 2.145/2023 e Apresentação da Nova Reforma Tributária

Data: 15 a 19/04/2024

Local: Remota, 100% ao vivo

Público-alvo: Servidores que atuam nas áreas de execução orçamentária, financeira e contábil de órgãos da administração pública, quais sejam, 2 servidores da Coordenação de Liquidação, 2 servidores da Coordenação de Contabilidade.

Quantidade: 4 inscrições

Valor total: R\$ 7.120,00

ANEXOS

Anexo	Descrição	Fls.
Anexo I	Documento de Formalização de Demanda – DOD – documento no qual a área demandante deve inserir as informações preliminares da aquisição/contratação, indicar equipe de planejamento da contratação, análise quando ao alinhamento estratégico da contratação ao PDI, etc. (inc. I);	Fls. 109 a 111
Anexo II	Documentos contendo informações sobre cursos, conteúdo programático, valores etc.	Proposta 1 – Fls. 4 a 14 Proposta 2 – 15 a 22 Proposta 3 – 24 a 30
Anexo III	Documentos e proposta da empresa escolhida para ministrar o curso. Projeto de capacitação contendo as seguintes informações: apresentação, objetivo geral e específico; público-alvo; número de vagas; data do curso/evento; metodologia, conteúdo programático; docente(s) com o(s) respectivo(s) currículo(s); carga horária; programação da ação; indicação da plataforma do curso à distância – EAD e/ou do local onde o curso presencial deverá ser ministrado (inc. III);	Proposta 1 – Fls. 4 a 14
Anexo IV	Razões de escolha do contratado (inc. IV);	Fls. 112 a 113



	<p>ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR COORDENAÇÃO DE LIQUIDAÇÃO</p> <p><i>Capacitação – Retenções de Tributos na Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal</i></p>	<p>Nº PA 2024/13277</p>
---	---	------------------------------------



Anexo V	Proposta técnico financeira e, em sendo o caso, a quantidade e valor das parcelas (inc. V);	Proposta 1 – Fls. 4 a 14
Anexo VI	Documento comprobatório da qualificação e da expertise do docente/empresa a ser contratado, ou, em se tratando de instrutoria interna, na ausência de comprovada especialização, quando a capacitação não disser respeito à área de atuação do servidor no PJBA (inc. XIX). Neste caso deve ser anexado a comprovação da titulação informada, caso seja o diferencial ou fator determinante, assim como, caso seja a base de cálculo da remuneração;	Fls. 114 a 117
Anexo VII	Prova de regularidade com a Receita Federal, as Receitas Estadual e Municipal (do domicílio ou sede da empresa ou da Pessoa Física), Certidão Negativa Trabalhista, e de Regularidade com FGTS (inc. X), que são coletados nos sites oficiais dos órgãos públicos;	Fls. 64 a 70
Anexo VIII	Endereço, telefone, e dados bancários de titularidade do contratante (inc. XI). Deve ser anexado comprovante da conta bancária e esta deve ser em nome do(a) contratado(a);	Fls. 14 e 118 a 120
Anexo IX	Cópia do CPF, do RG, PIS e comprovante de residência para contratação de pessoa física. No caso de contratação de pessoa jurídica: RG e CPF do(s) responsável(is) pela empresa, cópia do Contrato Social ou Estatuto Social (quando for o caso) da Empresa e se for Microempreendedor Individual: cópia do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (inc. XII). As cópias devem ser legíveis;	Fls 42 a 57 e; Fls. 121 a 123
Anexo X	Sendo contratação externa, declaração de inexistência de nepotismo (inc. XIII).	Fls. 124

Salvador, 07 de março de 2024

Documento assinado digitalmente

gov.br

AMANDA CRUZ FEITOSA E ALMEIDA

Data: 08/03/2024 09:08:19-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

*Amanda Cruz Feitosa e Almeida
Coordenadora de Liquidação
Cad. nº 969.751-9*

